



EDUCAÇÃO: DIREITO OU MERCADORIA?

Jhersyka Barros Barreto

Instituto Federal de Alagoas

Resumo: O artigo analisa as políticas neoliberais aplicadas à educação nos últimos governos, visando discutir a precarização da educação pública e do trabalho docente aliada aos interesses neoliberais de privatização da educação, por meio de transferência de recursos públicos para o setor privado e através de medidas que visam o fim da gratuidade de ensino nas instituições de ensino (IES) públicas. Outra questão discutida é quem se beneficia com essas políticas neoliberais de a precarização da educação pública e do trabalho docente. A metodologia utilizada foi o levantamento de referências bibliográficas e de notícias, em *web sites*, relacionadas a temática. O estudo evidenciou que as políticas públicas educacionais, como FIES e PROUNI, têm impulsionado o setor privado e favoreceu a criação de verdadeiros oligopólios da educação. Enquanto a educação privada tem obtido grandes benefícios com as políticas neoliberais, a educação pública tem sofrido com os cortes nos investimentos públicos que eram destinados para este setor. A educação como um direito de todos, que deveria ser garantido pelo Estado, não encontrou o mesmo incentivo e a facilidade de acesso como vem acontecendo com a mercantilização da educação. O mercado educacional tem gerado grandes lucros para alguns, enquanto muitos perdem o direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade. Além disso, a educação como mercadoria prioriza o lucro e não a qualidade do ensino. Mesmo com o acesso ao ensino superior, não há garantias que o profissional será absorvido pelo mercado de trabalho diante da crise do capitalismo e do desemprego estrutural.

Palavras-chave: Educação; Políticas Neoliberais; Mercantilização.

INTRODUÇÃO

A educação como um direito socialmente adquirido de todos os brasileiros encontrou dificuldades para expandir-se através de uma escola pública, gratuita e de qualidade. No entanto, encontrou nas políticas neoliberais uma solução para a expansão do ensino por meio do setor privado, atendendo às demandas do capital no setor educacional.

As políticas neoliberais aplicadas ao setor educacional favorecem as instituições privadas de ensino e a educação como um negócio. Ao mesmo tempo que precarizam as instituições públicas



com os cortes de investimentos e pressionam pelo fim da gratuidade, colocando em risco a educação pública, gratuita e de qualidade.

Este artigo se propõe a discutir os rumos das políticas educacionais dos últimos governos (Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff). Com ênfase na precarização da educação pública e do trabalho docente; no financiamento da educação privada por meio de políticas públicas; e no papel da mídia nas articulações políticas do setor educacional, através do seu poder de manipulação das massas.

Dessa forma, abordaremos a precarização da educação pública e do trabalho docente aliada aos interesses neoliberais de privatização da educação, por meio de transferência de recursos públicos para o setor privado e através de medidas que visam o fim da gratuidade de ensino nas instituições de ensino (IES) públicas.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste artigo foi o levantamento de referências bibliográficas e a busca por notícias em *web sites* sobre a temática estabelecida.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do momento em que o capital, por meio do setor privado, se apropria de direitos como saúde e educação para reproduzir-se e gerar lucro, tais direitos igualam-se a qualquer outra mercadoria. O Estado, ao permitir essa apropriação por parte do setor privado, exime-se da função de garantir a educação pública, gratuita, de qualidade e laica para todos, como um direito socialmente adquirido. Sendo assim, essa é uma das grandes operações estratégicas das práticas neoliberais, que consiste em transferir a educação da esfera pública para a esfera do mercado (SOUZA, L. M., 2009). É importante conhecer esse processo de apropriação da educação pelo mercado, antes dita como um direito universal - embora, de fato, jamais tenha sido - para entender como se estabeleceu a atual situação da educação no Brasil.

Segundo Frigotto (2006):

A ideia-chave é de que a um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, corresponde a um acréscimo marginal de capacidade de produção. Ou



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

seja, a ideia de que capital humano é uma "quantidade" ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. Desta suposição, deriva-se que o investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual.(FRIGOTTO, 2006)

Ainda segundo Frigotto (2006), a disseminação da teoria do capital humano, como o remédio para a solução das desigualdades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e entre os indivíduos, foi rápida nos países latino-americanos e de Terceiro Mundo, mediante os organismos internacionais (BID, BIRD, OIT, UNESCO) e regionais (CEPAL, CINTERFOR), que representam predominantemente a visão e os interesses do capitalismo integrado ao grande capital. Ele defende que a escola como uma instituição social mediante suas práticas no campo do conhecimento, valores, atitudes e, mesmo, por sua desqualificação, articula determinados interesses e desarticula outros. Além disso, a educação movimenta uma boa parte do "fundo público" que se constitui em pressuposto de investimentos produtivos (FRIGOTTO,2006).

O movimento de reforma do Estado capitalista, proposto pelos organismos internacionais, para adequar-se ao novo modelo de acumulação flexível, manifesta-se de forma acentuada no Brasil através da mercantilização da educação, explica Chaves (2010). Com isso, temos as leis de mercado atuando na "indústria educacional" de modo que a escola torna-se um meio de produção - "a fábrica" que produz o capital humano necessário para ingressar no ensino superior, e, posteriormente, no mercado de trabalho e garantir a empregabilidade. Nessa analogia, o professor encaixa-se como um mero "operário" da "indústria educacional" (BERNARDES, 2015.). Por outro lado, o docente, que assim como o operário possui um exército de reservas, passa a ser também pressionado a atender às demandas de produtividade, eficiência e fica sujeito a mecanismos de controle, como se desenvolvesse um trabalho operacional e não intelectual (GUARANY, 2012). A meritocracia é utilizada para justificar as diferenças salariais de acordo com a produtividade e qualificação de cada profissional, além de incentivar a concorrência, fragmentar a classe, e culpabilizar o profissional pelo seu baixo salário atrelado ao seu baixo rendimento produtivo.

Enquanto o setor privado investe, otimizando os seus custos, para atender às demandas desse mercado e gerar mais lucro, o setor público encontra-se em contenções de gastos em um momento de precarização da escola pública. Assim, nas palavras de Guarany (2012), "a escola pública passa a ser educação pobre para pobre, pois os que podem pagar por um serviço de qualidade recorrem à educação privada".



Tanto no setor privado como no setor público, há a precarização e flexibilização do trabalho docente com sérias implicações para a saúde do trabalhador e para a qualidade do ensino (GUARANY,2012). No entanto, tais situações trazem benefícios para os que detêm os "meios de produção" da "indústria educacional". Não aprofundaremos aqui os diversos problemas gerados pela precarização da educação pública e do trabalho docente, mas sim na discussão de quem se beneficia à custa das perdas da educação pública, da flexibilização dos direitos trabalhistas do docente e da desvalorização deste profissional no mercado educacional. Além disso, abordaremos as políticas públicas de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES) e o Programa de Universidade para Todos (PROUNI), que tem transferido recursos públicos para o setor privado, caracterizando uma forma de privatização da educação e impulsionando o crescimento da educação privada por meio de financiamento público, enquanto o ensino superior público sofre com os cortes de verbas destinadas a esse setor e com a ameaça do fim da gratuidade nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas.

Apesar dos discursos ideológicos dos governos mais recentes (Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff) de que as políticas públicas educacionais (FIES e PROUNI) visam à inclusão do pobre ao ensino superior para assim diminuir as desigualdades sociais, tais políticas tornaram-se mecanismos de indução da expansão do setor privado de ensino superior (CHAVES, 2015). É verdade que essas políticas conseguiram assegurar o ensino superior a muitos jovens de baixa renda, que, dificilmente, conseguiriam entrar em uma universidade pública devido ao acesso restrito a um determinado número de vagas e às deficiências na formação básica destes jovens (PELLEGRINI, 2014). No entanto, os estudantes e o Estado ao financiarem os cursos profissionalizantes (mesmo a juros baixos e com um período de dezoito meses após a conclusão do curso para começar a pagar o financiamento), assumem os riscos desses profissionais não ingressaram no mercado de trabalho em um momento de crise do capitalismo e desemprego estrutural.

Os maiores beneficiários dessas políticas, na verdade, são instituições de ensino privado que otimizam os seus custos, ocupam vagas ociosas em sala de aula, ficam isentos de impostos com o PROUNI e ainda aumentam a receita/lucro com o FIES, sem risco de inadimplência, faturando, assim, milhões de reais por ano (PELLEGRINI, 2014). Assim, segundo Pellegrini (2014), pequenas universidades tornaram-se grandes grupos de educação com ações negociadas na Bolsa de Valores, fazendo milionários às custas de um ensino que prioriza o lucro em detrimento da qualidade. Essas



políticas que beneficiam a expansão da educação privada, torna o Brasil, segundo Chaves (2015), o segundo país mais privatizado da América Latina, só perde para o Chile.

O Brasil seguiu as orientações dos organismos internacionais de como ampliar o acesso ao ensino superior diminuindo os gastos públicos. Em que o Banco Mundial recomenda que os governos fomentem o desenvolvimento da educação privada como forma de diminuir os custos para o Estado. Segundo Guimarães (2016), esse modelo tem sido seguido tão à risca que o próprio Banco Mundial tem se beneficiado por meio da sua empresa, a International Finance Corporation (IFC), que investe no "desenvolvimento econômico" dos países através do setor privado. A IFC investiu milhões na Anhanguera Educacional, que já era a maior instituição privada de ensino superior do país, por meio do Fundo de Educação para o Brasil/ Fundo de Investimento em Participação (FEBR), esse dinheiro foi incorporado ao capital social do grupo em troca de ações, o que tornou o FEBR, administrado pelo Banco Pátria, o maior acionista do grupo (GUIMARÃES, 2016). Guimarães (2016) afirma que, com a fusão da Anhanguera Educacional com o Grupo Kroton, torna-se a maior empresa de segmento educacional do mundo.

De acordo com informativo oficial das duas empresas, juntas, elas possuem mais de 800 unidades de ensino superior no país, além de 810 escolas associadas. O valor das duas companhias no mercado de capitais chega a R\$ 12 bilhões. À frente do negócio, está o empresário e político Walfrido dos Mares Guia (PSB-MG), fundador do grupo Pitágoras, que deu origem ao grupo Kroton, e ex-ministro do Turismo do governo Lula. Essas duas instituições que agora vão formar a gigante da educação superior são também as que mais receberam recursos diretos do Fies no ano passado, de acordo com o Portal da Transparência: para a Anhanguera Educacional LTDA, foram quase R\$ 275 milhões e, apenas para o Iuni Educacional S.A., que integra o grupo Kroton, cerca de R\$ 128 milhões. Procuradas pela Poli, as instituições não tiveram disponibilidade para dar entrevista. (GUIMARÃES, 2016)

Enquanto o Estado atua como financiador do setor privado da educação superior, favorecendo a formação de oligopólios e o aumento acelerado do número de instituições de ensino privado. Sujeita o setor público da educação superior, que teve um aumento no número de vagas e na quantidade de cursos ofertados com a Reforma Universitária - REUNI, à precarização e ao endividamento devido aos cortes nos investimentos. Desse modo, o ensino superior público, gratuito e de qualidade está correndo sérios riscos e muitos já anunciam que está com os dias contados. O sonho de 10% do PIB para a educação pública está cada dia mais distante de ser alcançado.



Com o início do governo interino de Michel Temer, as discussões sobre o fim da gratuidade nas instituições públicas de ensino superior ganharam força. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 395/14, que especifica que o ensino superior na rede pública será gratuito apenas nos cursos regulares de graduação, mestrado e doutorado voltou a ocupar espaços nos instrumentos midiáticos. A mídia, que atua como um importante aparelho ideológico a serviço dos interesses da classe dominante e assume um papel importante nas articulações políticas com a manipulação das massas, formando um senso comum sobre diversas questões, tem defendido a necessidade de privatização da educação. Não é por acaso que as questões educacionais estão ocupando espaço na mídia, uma vez que o setor educacional brasileiro desperta interesses nacionais e internacionais de mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação como um direito universal encontrou dificuldades em expandir-se para atender a todos. No entanto, a educação como mercadoria encontra facilidades já que além de ser vendida, pode ser financiada, sendo cada vez mais acessível para todos. O mercado da educação garante diplomas, porém nem sempre garante a qualidade do ensino, já que a prioridade é o lucro. Sendo assim, a precarização do ensino e do trabalho docente na educação privada é uma forma de aumentar o lucro, já na educação pública é uma consequência dos cortes nos investimentos públicos.

As políticas neoliberais para educação que vem sendo adotada no Brasil, seguindo recomendações internacionais, tem fortalecido a expansão da educação como mercadoria ao mesmo tempo em que coloca em risco a educação pública, gratuita e de qualidade como direito universal. Os principais beneficiados por essas políticas são os empresários do setor privado da educação, que lucram exacerbadamente com o financiamento público, e formam verdadeiros oligopólios da educação.

A educação, no Brasil, tornou-se um negócio dos mais rentáveis atraindo investidores internacionais e sendo negociada, inclusive, na Bolsa de Valores. No entanto, para que alguns possam obter grandes lucros com a educação como mercadoria, muitos precisam perder a educação pública, gratuita e de qualidade como um direito. É dessa forma que se mantém o mercado



educacional, garantindo a educação como mercadoria ao mesmo tempo em que nega a educação como um direito.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, L. ProUni, dez anos depois. **Carta Educação**, 2015. Disponível em: <<http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/prouni-dez-anos-depois/>>. Acesso em: junho 2016.

ANDRADE, J. Especial 7 - Fies e ProUni são investimento público no setor privado, criticam especialistas. **Agência Brasil**, 2005. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-03-18/especial-7-fies-e-prouni-sao-investimento-publico-no-setor-privado-criticam-especialistas>>. Acesso em: junho 2016.

BENVENUTI, P. Programas do governo federal incentivam ensino privado. **Brasil de Fato**, 2013. Disponível em: <<http://antigo.brasildefato.com.br/node/12822>>. Acesso em: junho 2016.

BERNARDES, A. T. Hegemonia neoliberal, precarização do trabalho docente no ensino público do estado de São Paulo e adoecimento – uma análise a partir de Ourinhos – SP. **Revista Pegada**, v. vol. 16, n. MUNDO DO TRABALHO (número especial da XV Jornada do Trabalho), p. 29-40, maio 2015.

BODART, C. D. N. A profissão do[c]ente. **Blog Café com Sociologia**, 2015. Disponível em: <<http://www.cafecomsociologia.com/2015/09/a-profissao-docente.html>>. Acesso em: 20 julho 2016.

CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, p. 481-500, abr.-jun. 2010.

CHAVES, V. L. J. Política de financiamento e a expansão da educação superior no Brasil: o público e o privado em questão. **EDT - Educ. temat. dig.**, Campinas, SP, v. 17, n. 2, p. 427-441, maio/ago. 2015. ISSN 1676-2592.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

DE AZEVEDO (ET AL.), F. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959**. Fundação Joaquim Nabuco. ed. Recife: Massangana, v. (Coleção Educadores), 2010. 122 p.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise real do capital**. 8º Edição. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2006.

GLENIA, F. Faturamento de faculdades privadas cresce 30% em 2 anos, estima estudo. **G1 - Educação**, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/08/faturamento-de-faculdades-privadas-cresce-30-em-2-anos-estima-estudo.html>>. Acesso em: junho 2016.

GUARANY, A. M. B. TRABALHO DOCENTE, CARREIRA DOENTE: a privatização produtivista e a mercantilização da educação e seus efeitos sobre os docentes. **Revista Educação por Escrito - PUCRS**, v. 3, n. 1, julho 2012.

GUIMARÃES, C. O lucrativo mercado da educação superior. **EPSJV - Fiocruz**, 2016. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/o-lucrativo-mercado-da-educacao-superior>>. Acesso em: junho 2016.

MACENO, T. E.; ACCIOLY, L. Educação, reprodução social e crise estrutural do capital. In: BERTOLDO, E. E. A. (. **Trabalho, Educação e Formação Humana**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MACHADO, F. D. **Os limites do discurso da igualdade racial no Brasil**. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, p. 125. 2009.

MONTAGNER, F. Kroton lucra R\$ 455 milhões em ano de cortes na educação. **Esquerda Diário**, 2015. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Kroton-lucra-R-455-milhoes-em-ano-de-cortes-na-educacao>>. Acesso em: 2016.

PELLEGRINI, M. Prouni criou milionários em troca de má qualidade na educação. **Carta Capital**, 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/educacao/prouni-criou-milionario-em-troca-de-ma-qualidade-na-educacao-7396.html>>. Acesso em: junho 2016.

RAMOS, V. R. G. Meritocracia na Educação e a luta dos trabalhadores. **Revista Digital em Debate**, Florianópolis, n. 11, p. 47-67, jan-jun 2014. ISSN 1980-3532. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/viewFile/1980-3532.2014n11p47/30344>>.

SILVA, R. S. A precarização dos professores e da educação gera lucro. **Blog Café com Sociologia**, 2015. Disponível em: <<http://www.cafecomsociologia.com/2015/09/a-profissao-docente.html>>. Acesso em: 20 julho 2016.

SOUZA, L. M. Estado e políticas públicas educacionais: reflexões sobre as práticas neoliberais. **V Simpósio Internacional "O Estado e as Políticas Educacionais"**, Uberlândia - MG, Disponível em: <http://www.simpósioestadopolíticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/AC06.pdf>, 06 a 08 dezembro 2009. Disponível em: <<http://www.simpósioestadopolíticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/AC06.pdf>>.

UNIÃO POPULAR ANARQUISTA. PÁTRIA EDUCADORA: Um projeto de privatização e precarização da educação pública brasileira. **Jornal da União Popular Anarquista**, Abril/Maio 2016. Disponível em: <<https://uniaoanarquista.files.wordpress.com/2016/05/causa74.pdf>>. Acesso em: julho 2016. Disponível em: <https://uniaoanarquista.files.wordpress.com/2016/05/causa74.pdf>.



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O